



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número *IXI* (.^a)

PERGUNTA Número *2675* *IXI* (*2* .^a)

Expeça-se

Publique-se

24 102 120 M

O Secretário da Mesa

Assunto: Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde ameaça ruína.

Destinatário: Ministro das Finanças

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

O Mosteiro de Santa Clara, belo monumento do século XIV, é "ex-libris", de Vila do Conde e constitui motivo de orgulho para os vilacondenses e de admiração para quem visita a cidade.

Este rico património arquitectónico está completamente deixado ao abandono, há cerca de dois anos, exposto às agressões do mau tempo, com grandes infiltrações de água pela sua cobertura, podendo estar iminente a ruína de pisos interiores, onde as estruturas são de madeira e tabique com gesso.

Sem vigilância e com portas e janelas abertas, está o mosteiro também sujeito a toda a espécie de vandalismo.

Propriedade do Ministério da Justiça, o Mosteiro de Santa Clara albergou a partir de 1902, a Casa de Detenção e Correção do Porto e posteriormente o Reformatório de Vila do Conde.

Tendo sido desocupado pelo Centro Educativo de Menores, que passou para novas instalações, foi parcialmente utilizado durante um ano, para instalar o Tribunal Judicial, durante a realização de obras no Palácio de Justiça.

Com o objectivo de ser dado ao Mosteiro de Santa Clara uma utilização, condigna com a sua grandiosidade e localização, a Câmara Municipal de Vila do Conde desenvolveu diligências que culminaram com a celebração, em 2000, de um protocolo com os Ministérios da Justiça, das Finanças e a Secretaria de Estado do Turismo, nos termos do qual se previa que o Ministério da Justiça transferiria o imóvel para a tutela das Finanças e que o mesmo seria integrado na rede de Pousadas de Portugal, da Inatur. A Câmara de Vila do Conde, por seu lado, assegurava a realização do projecto de novas instalações do Centro Educativo de Menores, para onde seriam transferidos os jovens instalados em Santa Clara. Tendo a Câmara cumprido a sua parte no protocolo e os jovens sido transferidos para as novas instalações do Centro Educativo, não se concretizou até esta data, o restante protocolado, para além de visitas de responsáveis do Grupo Pestana àquele mosteiro.

Face ao progressivo estado de degradação e aos actos de vandalismo de que aquele mosteiro é actualmente vítima, e que constituem autêntica "crime de lesa património", é urgente serem tomadas



medidas para conter essa situação e que terão forçosamente que passar por reparações ao nível da cobertura e dos vãos e sobretudo por permanente vigilância, impedindo o acesso ao seu interior, onde já foram registados graves focos de incêndio.

Pergunta:

1. Para quando se prevê seja concretizado o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Vila do Conde e os Ministérios da Justiça e Finanças e a Secretaria de Estado do Turismo, por forma a que o Mosteiro de Santa Clara seja transformado numa Pousada de Portugal?
2. Que medidas de intervenção urgente estão previstas serem levadas a cabo para travar a galopante degradação da estrutura imobiliária do Mosteiro de Santa Clara, quer ao nível da sua cobertura, quer dos seus vãos e fachadas, bem como de vigilância para impedir actos de vandalismo no seu interior?

Palácio de São Bento, 24 de Fevereiro de 2011.

Deputado:

Lúcio Ferreira